

## O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA INDÍGENA ALEXANDRINA DO NASCIMENTO GOMES: RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>?

Armando Jabuti<sup>2</sup>

armandojaboti@gmail.com

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra Josélia Gomes Neves

[joselia.neves@pq.cnpq.br](mailto:joselia.neves@pq.cnpq.br)

**Resumo:** O trabalho ora apresentado trata de uma reflexão sobre o tema: Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Ensino Fundamental Alexandrina do Nascimento Gomes. Foi desenvolvido no período de fevereiro de 2013 a junho de 2015 na Terra Indígena Rio Guaporé, Aldeia Baía das Onças. A pesquisa bibliográfica considerou os seguintes textos: Diretrizes Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas (BRASIL, 2012), Vasconcelos (2004), Camargo; Albuquerque (2003), Projeto Político Pedagógico do Povo Shawanawa (2013), Padilha (2002) e outros. Em relação à pesquisa de campo trabalhamos com as técnicas da entrevista, análise documental e método autobiográfico. O estudo desenvolvido permite afirmar responder nossa problemática inicial de que o Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Alexandrina do Nascimento Gomes não representa o resultado de participação comunitária, pois ela funciona precariamente a partir de documentos originados na SEDUC e não do debate coletivo na aldeia Baía das Onças. Essa prática demonstra um evidente descumprimento da Lei por parte do sistema de ensino com prejuízos para a educação específica e diferenciada. Entretanto, a formação construída que temos hoje iniciada no IAMÁQ, depois Açaí e no Intercultural, nos motiva a assumir com outros colegas/parentes docentes indígenas e com a minha comunidade, este sonho: o sonho de construir um Projeto Político Pedagógico radicalmente Intercultural, o PPP I da Escola Alexandrina do Nascimento Gomes.

**Hubä nikaä:** Newe piro pabüä ma hiniko kãkoä dje dahä na djere Projeto Político Pedagógico Intercultural (PPPI) na koä dje nanire hiniko<sup>2</sup> kakü Alexandrina do Nascimento Gomes na ä hü belohä nare fevereiro 2013 junho 2015 ä djewetxia kuru guporé wa i hõwäri ä pabü hä nare. Djewetxiä nihi nono bibliográficakuni pehä texto djiä re: Referencial Curricular hi niko pabü ä dje nare (BRASIL, RCNEI, 2012), nate ä dje Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, LDB, 1996), Vasconcelos (2004), Camargo; Albuquerque (2003), Projeto Político Pedagógico do Povo Shawanawa (2013) e Padilha (2002). Newe nihi nono ma hi rubä Ru dähä na re. Hikabü na rubä ba SEDUCE nirü piro bä nire. Na kuni hüma ia bzä rubä bzitã ukuni ukuni hü ma iwa txere. Na bo wai hõwäri ruba pabü, Djeromitxi ruba pabü djewetxia piro pabü nire IAMÁ, Projeto Açaí äti Curso Intercultural nihi nono medjuä dje txi nire.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado a Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR – Campus de Ji-Paraná-RO, Departamento de Educação Intercultural – DEINTER, Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josélia Gomes Neves como requisito para conclusão do curso.

Dedicatória: A memória de todos os indígenas do Povo Djeoromitxi que foram exterminados nos diversos processos de contato em nome do “progresso”.

Agradecimentos: À minha família - esposa, filho, neto, minha mãe e meus irmãos e irmãs. Às lideranças da Baía das Onças, a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra Josélia Gomes Neves, aos membros da banca: Profa Mestra Edineia Aparecida Isidoro; Prof. Mestre. Cristovão Teixeira Abrantes, a Prof<sup>a</sup> Dra Betty Mindlin e o Prof. Edinaldo Bezerra (membro de honra), bem como a UNIR e ao Departamento de Educação Intercultural.

<sup>2</sup> Estudante do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Fundação Universidade Federal de Rondônia- UNIR – Campus de Ji-Paraná-RO.

**Palavras-Chave:** Povos Indígenas. Educação Escolar Indígena. Projeto Político Pedagógico Intercultural.

Hü ma medjo hikünirüä hü ma Newe PPP ni ha tõihe medjo djirütätä hõno pabü ädje hi hana a ri ädje newe hi na txi be wahä na bzitã tõi ädje ni kurü hü ma djirütätä hõmo pabü ädje hü ma itõihe medji hibe hi hõma hä maä õbiä mikõ ä dje hõno pabü ä dje ni kurü hü ma itõihe medjo djirütätä hono pabü ä deje mikurü hü itõihe medjo dirütätä hõno pabü ä mika ä<sup>3</sup>. Cacique Isaac Djeoromitxi

Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) no âmbito da Escola Estadual de Ensino Fundamental Alexandrina do Nascimento Gomes<sup>4</sup> localizada na Terra Indígena Rio Guaporé, Aldeia Baía das Onças município de Guajará-Mirim, Rondônia. Esta instituição escolar atende atualmente vinte e cinco famílias dos seguintes grupos étnicos: Canoé, Cujubim, Macurap, e Djeoromitxi ao todo um total de cento e vinte cinco pessoas entre as crianças dos recém-nascidos até os mais velhos. A língua adotada na alfabetização é o Português, porque é a língua dominante da aldeia, ou seja, a língua comum do povo. É isto que nos faz a pensar na construção do PPP desta escola, para melhorar a qualidade de ensino, seja no conhecimento próprio do povo e da sociedade envolvente, respeitando as diferentes culturas.

É por este motivo que escrevo este texto, porque reconheço que é aprofundando este conhecimento que podemos contribuir para mudar a direção e o funcionamento da nossa educação escolar, para mais um avanço que envolve o nosso dia-a-dia. Esta percepção foi o que me pôs a escolher este tema para refletir sobre a melhoria de ensino na escola e a qualidade de vida na aldeia, daí, o objetivo deste trabalho refletir sobre a mudança do sistema de ensino na Escola Estadual de Ensino Fundamental Alexandrina do Nascimento Gomes.

## **I - Histórico da Comunidade Aldeia Baía das Onças**

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Alexandrina do Nascimento Gomes está localizada na Terra Indígena Rio Guaporé na Aldeia Baía das Onças. De acordo com o censo demográfico (IBGE, 2010), esta Terra Indígena, situada no município de Guajará- Mirim,

<sup>3</sup> Eu acho que a nossa escola deve ter o seu próprio documento, porque nós tendo o nosso PPP nós vamos trabalhar de acordo como a nossa comunidade vive, respeitando nossa cultura, nossos costumes, de como se trabalhar com os jovens, é porque eles precisam saber trabalhar, precisam saber suas línguas, saber das ervas medicinais e também saber plantar nas datas certas. Eu acho que assim nós vamos ter a nossa educação diferenciada tendo o nosso Projeto Político Pedagógico, com nosso calendário marcando os dias das aulas e os dias de trabalho da comunidade, é por isso que é preciso ter o PPP na nossa escola. Cacique Isaac Djeoromitxi

<sup>4</sup> Trata-se de uma professora que trabalhou na FUNAI no final dos anos 1980, atualmente aposentada e por este motivo que o administrador do órgão pôs esse nome na escola.

possui 913 habitantes, distribuídos em 03 aldeias: Baía da Coca, Ricardo Franco e Baía das Onças. O documento informa que todos os moradores se declaram indígenas; a maioria das pessoas é alfabetizada, cerca de 450 pessoas não tem rendimento, algumas (45) recebem até 1/2 salário mínimo – provavelmente se trata do recurso do Programa do Bolsa Família. Há alguns moradores (77) que recebem mais de 1/2 salário mínimo e 13 pessoas que recebem mais de um a dois salários mínimos.



Festa da Chicha (Baía das Onças). Foto: Hein van der Voort (2001)

Os registros da memória permitem afirmar que o reconhecimento da Aldeia Baía das Onças pela Fundação Nacional do Índio – (FUNAI) foi a partir do ano de 1990 com a mudança de três famílias Djeoromitxi que saíram da aldeia Ricardo Franco para esta localidade. Nesta época ainda não existia escola, juntaram-se essas três famílias mais cinco que já moravam antes, da família Macurap e Cujubim, aumentando a população e o número de crianças, o que fez com que a comunidade se manifestasse e reivindicasse a construção de uma escola.

No ano de 1992, no dia 30 de março, o pedido foi realizado, a própria população construiu uma pequena escola com paredes de taipa e cobertura de palha, a contrapartida da FUNAI foi mesmo só com os pregos. Como não existia professor para ir trabalhar na aldeia a comunidade se reuniu e escolheu um jovem que apenas tinha estudado até a 5ª série do ensino fundamental na época, o professor José Roberto Jaboti, que estudou na escola 05 de Julho em Ricardo Franco, foi ele um dos primeiros professores a trabalhar na Escola Estadual de Ensino

Fundamental Alexandrina do Nascimento Gomes, contratado como professor leigo, pela prefeitura por tempo determinado.

Atualmente o prédio é construído de cerâmica e concreto feito pelo Estado junto com o Ministério da Educação (MEC) e os contratos dos professores(as) também é de sua competência. No momento a Escola atende 40 (quarenta) estudantes do grupo étnico Djeoromitxi, Macurap, Canoé, Cujubim, Massaká, Gavião e Wajuru de 1º ao 9º ano. As línguas mais faladas são a Djeoromitxi e a Macurap, além da língua portuguesa, comum a todos os grupos. No ano de 2010 a comunidade somava um total de 118 (cento e dezoito) pessoas e atualmente estamos com 125 (cento e vinte e cinco) pessoas na aldeia.

## II – Histórico do Povo Djeoromitxi - Aldeia Baía das Onças

Antes do contato com não indígenas, talvez os povos Jabutí chegassem a alguns milhares de indivíduos cada. Ocupavam grandes malocas em forma de colmeia e sua subsistência se baseava na pesca, caça, coleta de frutas e insetos e agricultura de roçado. Plantavam milho, macaxeira (não plantavam mandioca brava), amendoim, inhame, banana, cabaça e criavam larvas comestíveis de várias espécies de insetos. Em termos culturais, os povos Jabutí eram estreitamente ligados aos outros grupos étnicos do sudoeste de Rondônia, com os quais compartilhavam algumas características específicas, tais como o uso de rapé (ou paricá) pelos pajés, um pó alucinógeno à base de sementes de angico (*Anadenanthera peregrina*), para se comunicarem com os espíritos. O marico, uma bolsa de crochê, feita à mão pelas mulheres, de fios tecidos de fibra de folhas de tucumã ou de buriti, também caracteriza os povos do sul de Rondônia<sup>5</sup>.

O Povo Djeoromitxi antes do contato com os não indígenas habitava as margens do Rio Branco, cujo nome na língua é *Areko* também o rio que hoje é conhecido pelos não indígenas de Rio Figueira, mas o nome do rio na língua Djeoromitxi é *Komã*. Nesta localidade o povo viveu por dezenas de centenas de anos, praticamente conhecido por eles como o território de sua origem, onde estão todas as histórias mitológicas do povo, como a do surgimento do fogo, por exemplo:

[...] os dois demiurgos, Kawewé e Karupshi, queriam derrubar a árvore de pedra, pois se seus frutos de rocha caíssem, poderiam exterminar a humanidade. Sabiam que o Pica-pau tinha um machado potente, capaz de cortar a árvore. Todos os outros pássaros tinham quebrado o bico tentando abatê-la. Ora, o Pica-pau era também o dono do fogo. Os dois foram pedir o

<sup>5</sup> VAN DER VOORT, Hein. **Proto-Jabutí**: um primeiro passo na reconstrução da língua ancestral dos Arikapú e Djeoromitxi. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 2, p. 133-168, mai-ago. 2007. (p. 135).

fogo e Pica-pau não quis dar. Kawewé virou então uma abelhinha e entrou no olhos de Pica-pau; Karupshi virou uma formiga e mordeu o dono do fogo. Um deles roubou o machado, o outro o fogo. O Pica-pau, furioso, queimou-os, mas Karupshi, escondido no buraco do tatu, escapou ileso, e ressuscitou o irmão. Com o machado, fizeram cair a árvore de pedra e dividiram o fogo entre os seres humanos. (MINDLIN, 2002, p. 155).

E foi neste lugar também que um dos primeiros homens não indígenas passou pela aldeia por volta do início do século XX. Os registros atestam que nosso povo atacou:

[...] os primeiros brancos com determinação. A primeira idéia a respeito desses estrangeiros foi de horror: seu aspecto pareceu-lhes animalesco, anti-humano, porque “tinham barba”. Os que se aproximaram foram inicialmente mortos. Imediatamente os brancos reagiram e começaram os ataques. Essas agressões foram particularmente intensas a partir de 1930. A instalação do seringal Paulo Saldanha nas cabeceiras do rio Branco foi um fator definitivo para a dissolução das aldeias Arikapú e, posteriormente, das aldeias Djeoromitxí. Funcionando como um foco de atração de mão-de-obra, foi também o centro irradiador de epidemias de sarampo. Segundo foi possível apurar, as aldeias foram irreversivelmente abandonadas por volta de 1934. O sarampo se alastrou e, desesperados, os índios se moviam de uma aldeia a outra, levando o contágio. Acabaram por se concentrar no „barracão”, onde aprenderam a tirar caucho.” (MALDI, 1991, p. 20).

Não sabemos se os não índios procuravam seringa, ouro ou queriam descobrir onde estavam os índios para que assim pudessem capturá-los e obrigá-los a trabalhar na extração da borracha, da coleta da poaia, colheita da castanha, dentre outras. Vale destacar que a poaia, planta tradicional do conhecimento da flora medicinal indígena conhecida cientificamente como *Psychotria ipecacuanha* na época era coletada pelos índios e repassada para os seringalistas para vender no mercado europeu na área farmacológica. De acordo com os indígenas mais velhos, a raiz pode ser utilizada no tratamento da malária, em outras pesquisas, observei que pode ser usada também como purgativo e antídoto para qualquer veneno, pois esta planta:

[...] é uma espécie medicinal brasileira, da família Rubiaceae, que passou por intenso extrativismo (coleta de raízes) e redução do seu hábitat. É utilizada comercialmente desde o século XVIII, sem que houvesse replantio ou manejo adequado das áreas de coleta [...] indicando que parte de sua variabilidade genética pode ter sido perdida, principalmente nos locais onde houve coleta intensa<sup>6</sup>.

Já pelo fim da primeira década do século XX, pela segunda vez, outro não índio, de nome desconhecido chegou na aldeia Djeoromitxi acompanhado pelos Makurap, dentre eles, Ateo Makurap que conhecia o caminho. A partir dessa viagem o contato foi intensificado.

<sup>6</sup> Estudo ecogeográfico da poaia [*Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes]

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-05722009000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-05722009000100005) Acesso: 10/09/2014.

Saíam de sua aldeia para trabalhar para os seringueiros, geralmente em troca de facão, machado, cartuchos, espingardas e as bijuterias e existentes na época. Isto ficou assim por muitos anos, até que um dia um funcionário do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), João Rivoredo resolveu unir os indígenas para mais perto de sua administração para facilitar o controle sobre eles.

E foi desta vez que ele organizou um grupo de homens para tirar o povo de sua terra tradicional para um local que ele construíra para agrupamento de seringueiros não índios por nome de Paulo Saldanha, isto por volta de 1945, segundo João Monteiro Pinho, um dos integrantes do pelotão dos soldados da borracha que participou desta expedição. Deste local ficou o grupo Djeoromitxi trabalhando para o SPI por vários anos uma relação extremamente desfavorável para os índios responsáveis pelo cuidado com as roças para alimentação dos seringueiros, moradias e limpando estrada de seringa, apenas pela troca de alimento e alguns objetos como roupa, rede, cobertor e outros materiais de consumo.

Depois de aproximadamente uns quinze anos de agrupamento neste lugar vieram às doenças como a gripe, a catapora, a coqueluche, a tuberculose e o sarampo, uma das principais que castigou os indígenas deixando-os à beira da extinção. Foi desta vez que os mais jovens resolveram sair desta localidade a procura de um ambiente melhor para sobreviver. Saíram do Seringal Paulo Saldanha até o município de Guajará-Mirim, de lá retornaram mandados por um padre chamado de Benzoraide ou Ferdinando Alexandre “Bendoraitis”, para ajudar na abertura de uma localidade, a atual aldeia Sagarana. Moraram nesta localidade por alguns anos e depois foram para a T. I. Ricardo Franco que também era antiga localidade do SPI, onde também estavam concentrados outros povos, mas muitos já tinham morrido e outros que sobreviveram tinham saído para morar na cidade.

Foi ali que os Djeoromitxi se concentraram e progrediram populacionalmente. Depois de quase dezoito anos uma família Djeoromitxi resolveu sair para morar em outra localidade chamada de Baía das Onças, deixando uma parte do grupo. Hoje estão divididos - uma parte permaneceu em Ricardo Franco e outra parte vive na Baía das Onças, as duas no município de Guajará Mirim.

Na localidade de Baía das Onças já moravam uma família Makurap e Cujubim, mas não era reconhecida como aldeia, com a chegada da família Djeoromitxi aumentou o número de crianças e foi reivindicada a construção de uma escola. A primeira escola da aldeia foi construída praticamente pela comunidade, pois a Fundação Nacional do Índio – (FUNAI) como já citamos, deu apenas os pregos para a sua edificação. Esta acabou pegando fogo através de uma explosão de gás. Em função disso, outra foi construída com cobertura de

brasilit, modelo palafita com assoalho de madeira, através de um convênio entre FUNAI e prefeitura, isso ainda no início do ano de 1993. E no ano de 2000 o estado assume a escola e constrói uma nova instalação para seu funcionamento, atendendo vários pedidos das lideranças.

Hoje a escola Alexandrina atende as famílias Makurap, Canoé, Cujubim e Djeoromitxi, este último grupo constitui a maioria da população. Reconheço que os Djeoromitxi têm de fato crescido bastante, mas observo que diminui nos saberes tradicionais principalmente na geração mais jovem, por muitas influências da sociedade envolvente.

Em relação à situação sociolinguística, os poucos estudos existentes atestam que até pouco tempo, as línguas Arikapú e Djeoromitxi possuíam poucos registros escritos. De acordo com Hein Van Der Voort (2007), “[...] permaneciam praticamente não-documentadas. Apesar disso, com base nas resumidas listas de palavras existentes, eram consideradas, desde a década de 1930, como constituindo a família linguística Jabutí”. (p. 136).

Para o autor, há materiais linguísticos que sugerem a existência de uma possível existência de uma 3ª língua Jabutí, atualmente extinta - a Maxubí. Afirma que a relação de palavras coletadas junto ao Povo Maxubí por volta de 1914 evidencia que a língua seria bem parecida com a Arikapú, confirmação feita posteriormente por Franz Caspar (1955), lista considerada como o primeiro documento “[...] de uma língua Jabutí”.

Vinte anos mais tarde, o etnógrafo alemão Emil Heinrich Snethlage visitou a região do Guaporé, a serviço do Museu de Etnologia de Berlim, e gravou listas de palavras Arikapú e Djeoromitxi (que ele chamou de Kipiu) [...]. Entre 1948 e 1955, o etnógrafo suíço Franz Caspar trabalhou na região do rio Branco, ficando conhecido pelo seu trabalho impressionante sobre a cultura tradicional Tuparí (Caspar, 1958, 1975). Caspar também compilou listas extensas de palavras Djeoromitxi e Arikapú. Em 1968, os linguistas missionários Willem Bontkes e Robert Campbell, do Summer Institute of Linguistics, compilaram pequenas listas de palavras Arikapú e Djeoromitxi. No final da década de 1980, o linguista Denny Moore, do Museu Paraense Emílio Goeldi, compilou listas comparativas de palavras das línguas Jabutí (Moore, 1988). Posteriormente, a linguista Nádia Pires fez pesquisa de campo para uma tese de mestrado sobre a gramática da língua Djeoromitxi (Pires, 1992) e produziu material de alfabetização nesta língua [...]<sup>7</sup>.

Atualmente, em julho de 2014, foi feito um levantamento que apontou para a existência de 75 (setenta e cinco) pessoas do grupo étnico Djeoromitxi, mas conhecido pela população não indígena como Jaboti, que eram identificados pelo grupo étnico Makurap como *Xawutu* que significava “outros povos”. Os não indígenas ouviram isso, mas nos chamaram de Jabuti, como nós somos conhecidos, permanecendo esta identificação como nosso

<sup>7</sup> VAN DER VOORT, Hein. **Proto-Jabutí**: um primeiro passo na reconstrução da língua ancestral dos Arikapú e Djeoromitxi. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 2, p. 133-168, mai-ago. 2007. (p. 136).

sobrenome inclusive no documento de identidade civil. Entretanto, os registros evidenciam que já algum tempo temos alternado estes termos, acabando usando os dois: Jaboti e também Djeoromitxi.

### III – Memorial Armando Jabuti

Antigamente, havia o sol, o que iluminava no tempo do descobrimento da humanidade, quando Kawewé e Karupshi tiraram gente de debaixo da terra. Não é o mesmo sol que vemos hoje em dia. Era um homem velhíssimo. Enquanto moravam debaixo da terra, os homens não o conheciam, no subterrâneo não dava para ver. Mas o sol já estava no mundo, foi este sol, *tohon*, que nos recebeu, que encontrou os homens. Não anoitecia nesta época ... O sol ia, voltava, ia, voltava. o sol se punha e nascia imediatamente. Quando estava quase escurecendo, porque ia se pondo no horizonte, o sol reaparecia no outro lado. Nunca escurecia. Só era escuro dentro da maloca; fora, o sol continuava claro, quente. Esse sol antigo, *tohon-noti*, foi comido pelos “demônios”, pelos *hipopsi*, pelas onças. Um belo dia os *hipopsi*, “demônios”, comeram o sol. [...] <sup>8</sup>.



Foto: Betty Mindlin (1993).

Sou filho de Wadjidjika e Kubahi, atuo como professor indígena há cerca de 25 anos. Nasci em 1970 na atual T. i. Guaporé no município de Guajará Mirim, estado de Rondônia. Casei com Wudkuneká Regina, filha de Buraini e Menkaiká Makurap. Tenho um filho e um neto.

<sup>8</sup> Fragmento do Mito: Tohon-noti, o sol antigo. Narrado por Abobai Paturi Jabuti e Erowé Alonso Jabuti. Traduzido por Armando Moero Jabuti. In: MINDLIN, Betty e narradores indígenas. Terra grávida. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Record, 1999.



Nasci no ano de 1970 em uma aldeia cercada de floresta, na época chamada de Queimada, hoje o nome atual é Guaporé Dois, às margens de uma baía por nome de Coca. Sou filho de Raimundo em língua portuguesa, Jabuti, na língua Djeoromitxi Kubähi (já falecido) e de Nazaré Jabuti, na língua Djeoromitxi Wadidika. Eu nasci e fui criado por ele (a) na aldeia, sem conhecer a cidade até os doze anos de idade. Os médicos eram sempre os pajés nos momentos de qualquer doença. Até hoje aos 45 anos de idade nunca deitei em um leito de hospital. Conheci a cidade de Guajará Mirim em 1982, isso porque a minha avó que era aposentada fez questão de me levar para conhecê-la, fui com ela também para ajudar a carregar as compras, achei tudo diferente da vida na aldeia. Apesar de não falar bem o português, entendia e sabia manusear dinheiro.

A minha infância e adolescência na aldeia foram fantásticas, brinquei desde meus cinco anos, sempre com arco e flecha as margens de rios, brincava de pescar com uso de arco e flecha. Flechava muitos peixinhos, mas ao mesmo tempo flechava também os passarinhos que via, isso era umas das artes que eu mais praticava com o incentivo da minha avó Kiri Arikapú que sonhava ver meu crescimento como um bom caçador, homem de muita importância e valor na tribo, isso ainda em meados dos anos 1970. Nessa época não havia escola e nem professor para eu estudar e por esse motivo eu só brincava, e com essas formas de brincadeiras aprendi a praticar as atividades da cultura como caçar, pescar, plantar e produzir artesanato como arco, flecha, esteira, colar, anel, cocar, etc.

Isso foi muito bom para mim, foi um aprendizado que aprendi sem a presença de um professor me orientar, isso foi muito importante, por que é uma atividade que ainda uso no meu dia-a-dia que serve no meu modo de viver na aldeia sem precisar do uso do dinheiro diretamente.

Comecei estudar já no final da década de 1970, eu tinha por volta de nove anos, não tinha nem uma ideia de como se comportar em uma sala de aula da época e por isso eu conversava com um colega e o professor não indígena contratado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI vendo isso nos colocou de castigo ajoelhado olhando para a turma. Mesmo sendo uma criança fiquei muito envergonhado que até chorei. Isso aconteceu nos meus primeiros dias de aula, me deixou muito triste a tal ponto de no outro dia eu não queria mais nem olhar para a cara do professor, mas a minha mãe insistia, dizia que eu não deveria abandonar, para não ser analfabeto igual a ela e depois ser enganado pelos não índios, atos que aconteceram com os índios que não tinham conhecimento do mundo letrado. Essa era a fala que a minha mãe usava para eu não desistir da escola, por ela não ter conhecimento de

formação profissional através de estudo nunca ela me disse que eu estudasse para ser um profissional como professor, médico, advogado e outros cargos profissionais.

Assim apesar do medo que tinha deste professor foi com ele que aprendi a ler e escrever em língua portuguesa. Lembro que praticamente não gostava de nada. Seu método de ensino era muita copia e precisava decorar aquelas famílias silábicas enjoadas ba be bi bo bu. Estudei na aldeia, mas com o professor não índio que a FUNAI mandava, fui alfabetizado apenas na língua portuguesa até a antiga 5<sup>a</sup> série, isso porque na época não existia a política de educação diferenciada para os povos indígenas e nem a Constituição Federal de 1988 que ampara a política dos direitos aos povos indígenas. Parei de estudar com quatorze anos porque eu não tinha como continuar. Fiquei parado, como meu pai tirava seringa eu fui trabalhar com ele na extração da borracha na época no Posto Indígena Ricardo Franco.

Ainda muito jovem aos 17 anos, conheci a minha esposa Regina Makurap que junto com os pais foram do Rio Branco para Ricardo Franco, quando nos casamos ela com 13 anos. Ficamos morando juntos em Ricardo Franco por dois anos e de lá saímos para morar na Baía das Onças. Antes de completar um ano morando nesta localidade, o pai de minha esposa José Anderê que já é falecido, meu sogro foi nos buscar e nos trouxe para Rio Branco em agosto de 1989. Na Terra Indígena Rio Branco morávamos em uma aldeia nas margens de um pequeno rio por nome de Gregório e a localidade também possuía este nome. Já nesta comunidade, em 1990 que comecei a minha carreira como professor trabalhando voluntariamente sem remuneração. As aulas aconteciam na minha casa. Eram por volta de doze estudantes, na faixa etária de 5 (cinco) a 10 (dez) anos e o trabalho era na área de alfabetização.

Depois de reconhecido o meu esforço é que a FUNAI de Ji-Paraná através da Ligia Neiva conseguiu o meu contrato pela prefeitura do município de Nova Brasilândia D'Oeste, isto ainda nos ano 1990, quando comecei a participar dos movimentos indígenas que tratava da política de educação escolar indígena do Brasil. A partir deste ano também comecei a participar dos cursos de capacitação dos professores indígenas de Rondônia oferecida pelos órgãos não governamentais como o Conselho indigenista Missionário – (CIMI), Conselho de Missões entre Índios – (COMIN) e o Instituto de Antropologia e Meio Ambiente – (IAMÁ), além de outros.

A formação continuada que aconteceu no Instituto de Antropologia e Meio Ambiente – (IAMÁ) foi realizada por meio de quatro etapas (cerca de um mês cada) no município de Cacoal e Ji-Paraná. As professoras vinham de São Paulo, de grandes universidades, eram muito bons, os assuntos tratados era sobre como dar aulas, aprender mais, avançar o

conhecimento. Penso que esta época que retomei minha alfabetização, alguns alunos, nossos colegas aprenderam a ler no IAMÁ, como foi o caso do Isaias Tupari, o Garixamã e o Naraykopega Surui. Contribuí com minha formação na medida em que ajudou a ter uma melhor compreensão do trabalho de sala de aula, da importância dos registros, pena que foi pouco o tempo.

Em 2000 é que pude fazer minha formação inicial, a habilitação no curso de magistério indígena, o Projeto Açaí que me deu formação de professor em nível médio. A SEDUC informou na aldeia que este curso iria acontecer. Como eu já estava em sala de aula, fiz a inscrição e assim pude participar das etapas que aconteceram na Associação dos Funcionários do banco do estado de Rondônia – (ASBERON), Hotel Rondon em Porto Velho e depois no Centro de Treinamento da EMATER – (CENTRER), em Ouro Preto do Oeste.

Em minha opinião, penso que o Projeto Açaí foi muito bom por valorizar a escolarização – ampliou nosso conhecimento e as culturas e línguas indígenas, a preocupação intercultural, foi com ele que o professor indígena de Rondônia pode ter finalmente acesso a habilitação docente.

Depois de cursar o Projeto Açaí fiquei novamente mais cinco anos sem estudar e em 20 de junho de 2009 foi realizado o primeiro vestibular para fazer o Curso Intercultural oferecido pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, no Campus de Ji-Paraná, esta oportunidade eu perdi, estava chegando da viagem no dia da prova, uma viagem que fiz para a Europa em um Projeto de intercâmbio cultural financiado pelo Museu Etnográfico da Europa. Fiquei triste em não fazer a prova, mas me conformei porque disseram que logo iria ser oferecido o outro, fiquei esperando. Quando foi em novembro de 2009 aconteceu o outro, fiz e fui aprovado e hoje já estou contribuindo como a segunda turma da Interculturalidade.



Nesse sentido, é possível observar que com toda a legislação nacional e internacional para as escolas indígenas, muitas coisas ainda precisam ser realizadas. Uma dessas coisas é o Projeto Político Pedagógico - PPP, fundamental para que as escolas funcionem bem, pois com o PPP próprio a escola estará contribuindo com a afirmação étnica cultural do povo e a realidade cotidiana da aldeia assim como está garantido pela Constituição Federal de 1988. Partindo desse direito constitucional a escola citada funcionará com regime próprio e com efetiva autonomia.

No município de Guajará-Mirim no âmbito da realidade das escolas indígenas, a discussão sobre o PPP não aparece como assunto importante para a comunidade e nem para o órgão competente, a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). No que se refere a comunidade também, talvez por ela não conhecer a relevância desse documento. Deste modo, avaliamos que apostar na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, significa compreender, conforme atesta Gadotti citado por Veiga (2001, p. 18), que:

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Acreditando que com esse projeto é possível ajudar a escola indígena a ser de fato diferenciada, pois como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já estabelece em seu artigo 12, inciso I, afirma que "Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tem a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica", é que desenvolvemos este estudo para aprender mais sobre o assunto.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996, a instituição escolar tem autonomia para que o Projeto Político-Pedagógico aconteça. Isto é assegurado no art. 15, Título IV: "Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de Educação Básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público." (BRASIL, LDB, 1996) (LONGHI; BENTO, 2006, p. 174).

Ao ler o texto oficial, a Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, percebi que as escolas indígenas no Brasil há uma política extremamente voltada a realidade indígena. Como está escrito no título II dos princípios da Educação escolar indígena:

Parágrafo único. A Educação Escolar Indígena deve se constituir num espaço de construção de relações interétnicas orientadas para a manutenção da pluralidade cultural, pelo reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos. (BRASIL, LDB, 1996, p. 1).

E nesta ocasião se há uma política constitucional que as escolas indígenas tem direito de ser diferenciadas, é preciso que as escolas construam o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) próprio, que garanta a sua autonomia de funcionamento de acordo com a realidade de cada comunidade conforme estabelece o Título IV do Projeto Político-Pedagógico das Escolas Indígenas no parágrafo 1º:

Na educação Escolar Indígena, os projetos políticos pedagógicos devem estar intrinsecamente relacionados com os modos de conviver dos grupos étnicos em seus territórios, devendo estar alicerçado nos princípios da Interculturalidade, bilinguismo e multilinguismo, especificidade, organização comunitária e territorialidade. (BRASIL, LDB, 1996, p. 1).

Dessa forma a escola indígena ganhará espaço para o desenvolvimento pedagógico próprio, que fortaleça a identidade cultural do povo onde atua, “[...] em benefício do desenvolvimento de estratégias que viabilizem os seus projetos de bem viver”. (BRASIL, 2012, IV p. 7). No meu ponto de vista este é o melhor caminho que a escola indígena tem para caminhar e assegurar todos os processos educativos que envolve uma comunidade indígena interessada nesta questão, pois, “A Educação Escolar Indígena deve contribuir para o projeto societário e para o bem viver de cada comunidade indígena, contemplando ações voltadas à manutenção e preservação de seus territórios e dos recursos nele existentes.” (Parágrafo 3º, p. 4). São essas situações que podem levar os melhores projetos educacionais para as escolas indígenas e o bem viver de cada comunidade. Assim, podemos também montar um currículo para a nossa escola de acordo com o pensamento dos moradores da aldeia.

## **2.2 – O PPP e a fundamentação político-pedagógica**

De acordo com Longhi e Bento (2006), o Projeto Político Pedagógico – PPP é um processo que deve ser construído coletivamente porque é do interesse de todos que envolve a comunidade escolar. As autoras afirmam que a instituição escolar deve ter cada uma sua identidade própria de acordo com a realidade do grupo que está inserido, pois essa identidade:

[...] se constitui sob a influência da sua realidade local e das diretrizes/teorias gerais da educação. Essa identidade nem sempre é explícita ou, mesmo, reconhecida na própria escola, que acaba por reduzir sua função ao repasse de conteúdos prontos e acabados, sem relacioná-los com o público ao qual atende. A construção coletiva do

Projeto Político-Pedagógico é, justamente, uma possibilidade de reconhecimento dessa identidade e de reflexão e mudança da prática pedagógica. (ano, p. 173).

O Projeto Político Pedagógico – PPP é um processo que deve ser construído coletivamente porque é do interesse de todos que envolvem a comunidade escolar. E que também é preciso que a Instituição tenha a sua identidade e característica própria de acordo com a realidade do grupo étnico que nela estão inseridos. “[...] Essa identidade nem sempre é explícita ou, mesmo, reconhecida na própria escola, que acaba por reduzir sua função ao repasse de conteúdos prontos e acabados, sem relacioná-los com o público ao qual atende”. (LONGHI; BENTO, 2006, p. 173). E por este motivo, é preciso que a comunidade escolar acompanhe os processos que envolvem o ensino e aprendizagem, na qual a escola está situada.

Em relação à definição ou conceito do PPP, elas dizem que ele registra a prática pedagógica. Este documento facilita a organização das atividades mediando às decisões das ações, seus resultados e suas histórias:

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELOS, 2004, p.169)

Neste sentido, podemos entender que o projeto norteia o trabalho da escola por encaminhar ações para o futuro com base na sua realidade atual e sua história. É um planejamento que prevê ações a curto, médio e longo prazo, intervindo diretamente na prática pedagógica diária. As ações refletidas no projeto procuram incluir desde os conteúdos, avaliações e funções até as relações que se estabelecem dentro da escola e entre a escola e a comunidade.

A ideologia em relação ao tipo de sujeitos que a escola pretende formar dá o tom político ao projeto. Por meio dessa explicação ideológica e de objetivos articulados com as ações, é possível distinguir entre uma prática que se preocupa com a formação de cidadãos críticos participativos, responsáveis e sujeitos de sua própria história e outra de repasse e repetição de conteúdo sem estar atenta ao desenvolvimento humano. (LONGHI; BENTO, 2006, p. 178).

Para mim, este é um dos assuntos principais que me motivou a escrever esta ideia da construção de um Projeto Político Pedagógico da Escola Alexandrina do Nascimento Gomes:

[...] Isso porque compreendemos a escola não como lugar somente de transmissão de conhecimento, e sim como lugar privilegiado para realizar um trabalho pedagógico muito mais amplo visando a formação integral dos cidadãos e buscando o exercício da cidadania por meio da participação e reflexão da realidade da comunidade escolar. (LONGHI; BENTO, 2006, p. 174).

Esta é uma das razões que nos incentivam para esta realidade, onde hoje a maioria das escolas indígenas em nível do Estado ainda precisam ter esse conhecimento em relação à escola e a comunidade, comunidade e a escola. Todas estarem cientes do que está acontecendo entre a escola e a comunidade conforme afirmam as autoras:.

Para o Projeto Político-Pedagógico realmente ser um direito e um dever, todos os envolvidos nesse processo precisam estar cientes de que fazem parte dele, acreditando na sua importância, para não ser somente um documento, e sim ser utilizado como norteador para um trabalho pedagógico desenvolvido coerentemente entre teoria e prática. (2006, p. 174)

É para esta realidade que estou caminhando, ter este documento pronto em mãos, para que a nossa escola funcione de forma que a comunidade pense a forma de como deve funcionar a Escola. Fazer com que as atividades exercidas na Aldeia também sejam reconhecidas como atividade escolar, onde as crianças começam a entender o mundo em que vivem. Vejo que isto é uma das questões que não deve ser ignorada no dia-a-dia escolar:

Essa construção será possível por meio das discussões e reuniões que envolvem toda a comunidade escolar, ou seja, entre equipe administrativa, financeira e pedagógica, alunos, familiares e comunidade, focando sempre a melhoria da prática educativa e transformando ideias e concepções em movimentos de ação importantes e fundamentais para o processo de construção. (p. 174).

Com esta visão é que está sendo escrito esta ideia de construir um PPP da nossa escola, para que a comunidade se sinta também uma parte de sua construção, e que ele (a) se sinta também envolvido nesta jornada como um cidadão (ã) com direitos e deveres deste processo:

A ideia da equipe se pauta, também, na motivação do próprio articular que, se estiver sozinho, poderá se abater por dificuldades possíveis e prováveis que encontrará na caminhada. Sendo parte de uma equipe, sempre há a possibilidade de ajuda mútua, de troca, do estabelecimento de uma rede de apoio da qual devem fazer parte, também, os teóricos que escrevem a respeito do tema. Essa rede de apoio pode, inclusive, estabelecer ligações



com outras escolas que já tenham caminhado mais adiante em relação a esse processo, promovendo, assim, troca de experiências entre diferentes realidades. (p. 175).

Fazendo esta experiência é que podemos melhorar a qualidade do ensino teoricamente e na prática. Também podemos contribuir na formação de alunos críticos, que poderá refletir no futuro melhor para a comunidade, que possa transformar a vida do grupo social onde vivem.

Partindo do pressuposto de que professores e demais funcionários da escola tenham um comprometimento profissional e ético em relação à qualidade da educação, a sensibilização, o convencimento destes precede o envolvimento dos alunos e familiares. Tanto os alunos quanto seus familiares precisarão encontrar motivação na equipe de funcionários da escola para acreditarem na importância desta construção. Além dessa motivação, os próprios professores deverão estar convencidos da necessidade dessa participação já que “a escola não pode ser propriedade dos professores, ela deve incluir toda comunidade educativa no planejamento de suas metas de melhoria”. (p. 175)

É com este pensamento que está sendo realizada essa ideia de construir um PPP para a nossa escola, para que a comunidade entenda que a escola não é apenas uma propriedade do professor e aluno, mas sim, que todos na comunidade têm haver com a escola e que todos possam participar de cada mudança que houver sobre as normas educativas, contribuindo com suas opiniões, que considerarem melhor para o ensino e aprendizado dos que estiverem nesta caminhada.

A contribuição dos pais pode não ter base teórica, mas, certamente, trará angústias, desejos e medos que eles sentem em relação à vida escolar de seus filhos. Trará sentimentos que, se até aquele momento não influenciavam diretamente a organização da escola por não estarem nela envolvidos, exerciam influência sobre a motivação com que mandavam as crianças para a escola e as matriculavam. Além desse aspecto, é possível que os pais ressignifiquem o olhar que a escola, principalmente por meio do professor, possui em relação à prática pedagógica e à organização. O olhar que vem de fora proporciona a observação de pontos que já se acomodaram aos olhos daquele que convive diariamente naquele espaço. (p. 176).

São vários motivos que existem para esta construção, mas vale ressaltar que cada comunidade possui um motivo diferente e específico que a escola possa assumir e atender com mudanças para melhorar esta necessidade de acordo com o desejo de todos. Partindo dessas situações é que escrevi a minha ideia em forma de artigo, com o objetivo de no futuro ajudar a mudar a realidade da minha escola para outra realidade que faça a nossa educação com característica indígena envolvendo todas as realidades existentes na Aldeia, concordando que:

[...], é importante destacar que qualquer tentativa de inovação educacional deve considerar que ela exige o conhecimento instituído a motivação para a sensibilização e o reconhecimento das necessidades existentes, ou identificação de um referencial teórico que imprima consistência à proposta, uma comunicação eficiente, um sentido explícito objetividade, flexibilidade exequibilidade sobre o que se quer inovar, além das práticas processuais de avaliação sobre as propostas de inovação que será/está sendo implementada. (PADILHA, 2002, p 103).

Acredito que dessa forma podemos formar melhor o estudante em um bom cidadão ao mesmo tempo construindo um mundo melhor, mais digno e criando sujeitos responsáveis e preparado para a vida e a sociedade. São essas questões que precisamos mudar para uma tentativa de melhorar a qualidade de ensino na minha escola, onde podemos forma alguém que visualize as diferenças, as necessidades, as formas de viver bem com a sociedade que compõem o mundo com suas diferenças.

### **2.3 – O PPP na perspectiva indígena Kaingang, Xavante e Shawanawa Povo Arara: luta pela Interculturalidade.**

Com o objetivo de conhecer experiências sobre PPP envolvendo Povos Indígenas é que realizei leituras envolvendo o tema em algumas escolas indígenas do Brasil. Percebi que na realidade Kaingang do Estado do Paraná houve um estudo intitulado: “Avaliação Socioeducacional, linguística e do bilinguismo nas escolas indígenas Kaingang do território etnoeducacional – Planalto Meridional Brasileiro”. Foram visitadas oito escolas Kaingang, e analisados seis PPPs. Registraram os problemas que envolvem a comunidade educacional e de como é feito o processo de escolha do diretor. A conclusão do trabalho é que considerando os problemas existentes, há “[...] um distanciamento entre a legislação e a realidade das escolas indígenas” (MILESKI; NOVAK, 2012, p. 10).

Também fiz a leitura sobre o PPP das escolas indígenas do povo Xavante do estado do Mato Grosso, escrita por Dulce Maria Pompêo de Camargo e Judite Gonçalves de Albuquerque (2003). As autoras apresentam um estudo que mostra a relação entre a formação docente – Projeto Tucum, a construção de um currículo diferenciado que por sua vez sustenta os Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Indígenas Xavante de Mato Grosso. Registram a luta dos Xavantes - a violência, sofrimento e a luta pela terra. Relatam também que a partir dos anos 1940 com os projetos governamentais para a ocupação do sertão mato grossense, as ações do contato do grupo

foram mais agressivas e assim os massacres e as epidemias dizimaram mais da metade do povo Xavante. Na atualidade,

[...] a população Xavante é constituída por cerca de 10 mil pessoas, distribuída em 99 aldeias espalhadas em 6 grandes áreas territoriais que por sua vez, estão alocadas em 6 municípios da Região Sudeste de Mato Grosso. Tais territórios possuem 70 escolas que atendem por volta de 300 alunos na educação infantil e 1.650 no ensino fundamental. Dos cerca de 150 professores Xavante, 61 foram cursistas do Projeto Tucum. (p. 352)

Este artigo informa os conflitos que passaram o povo Xavante desde o tempo do contato até os anos atuais, ainda em busca de outras conquistas assim como a escola: “No processo de luta pela escola diferenciada indígena, o Projeto Tucum, entre avanços e recuos, sem dúvida trouxe muitas contribuições para a reflexão e a construção da escola do povo Xavante” (p. 351), são essas informações que a leitura nos trás é que fortalece na construção dessa realidade, assim também como os relatos docentes existente no texto:

Nós do povo Xavante, queremos que a escola ensine a nossa cultura, língua e tradições, que seja bem diferenciada e ao mesmo tempo também aprender a língua portuguesa.” “Ser reconhecida, registrada oficialmente, diferenciando o calendário escolar, horário escolar e a grade curricular.” “Queremos ter os recursos mandado pelo MEC diretamente na escola indígena”. “Para melhorar a escola indígena deve existir a direção da escola dentro da comunidade (Aldeia)”. “Que a escola indígena se fortaleça com tradição xavante. É importante aprender a ler e escrever para ter conhecimentos e defender todos os povos Xavante.”. “Nós queremos a escola para ensinar as crianças para defender a nossa comunidade, não queremos acabar com a nossa cultura. (p. 352-353).

Através das afirmações das autoras e dos professores Xavante é que percebi que uma escola indígena para ser realmente diferenciada precisa de uma mudança a partir da estrutura burocrática, principalmente as normas que regulamentam o funcionamento da escola, mas para isso precisamos de uma iniciativa, pois: “Tudo depende do diálogo e da experiência. Temos que experimentar. O importante é discutir, refletir e tentar mudar. Construir uma escola em benefício do Povo.” (Professor Xavante). (p. 353). É dessa forma que eu também penso, é por isso que estou fazendo essa reflexão para romper aquela ideia antiga que cada vez mais vem fortemente diminuindo os nossos conhecimentos tradicionais, culturais e língua, a cada dia que passa: “O que é ser professor indígena ainda está confuso. As discussões no grupo estão difíceis porque aquele sistema antigo está no íntimo da gente.” (Professor Xavante). (p. 353). Mas não é por estas dificuldades que existem que eu vou parar de encarar estas realidades.

Tenho que lutar e romper esta barreira para que a minha escola tenha sua característica própria e ao mesmo tempo autônoma. “Quando o currículo e a sua inserção no Projeto Político Pedagógico da escola indígena não estão claros para os professores e para as comunidades, os conflitos internos são de toda a ordem.” (p. 353). Este é um motivo que realmente causa muitos problemas na maioria das escolas indígenas e que precisa de uma solução, e a solução é todos os argumentos já citados. “Entretanto, temos a convicção de que a atuação dos professores Xavante trás uma contribuição relevante ao processo de mudança social, no sentido da construção de uma sociedade mais justa”. É com esse pensamento que devemos construir uma educação escolar indígena cada vez mais justa, forte e rico em diversas situações no modo de ensinar e aprender.

Outro material interessante que li foi sobre o Povo Shawanawa Arara habitante do Rio Baje município de Marechal Thaumaturgo, Acre da T. I. Jaminawa Arara que construíram o Projeto Político Pedagógico – (PPP) de suas escolas. Este texto diferente dos anteriores direciona o funcionamento do trabalho na escola porque é um PPP discutido e elaborado por este Povo. Permitiu compreender melhor as partes necessárias que um Projeto Político Pedagógico deve. Referente ao aspecto intercultural, a forma como o Currículo foi definido ajuda a entender melhor o diálogo entre a cultura indígena e a não indígena.

Considera as bases legais, como a Constituição Federal de 1988 que trata da Educação Escolar Indígena, no artigo 210, garante aos Povos Indígenas: “[...] o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (MEC, 1998, p. 32); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que no artigo 79 que aponta os objetivos que deverão orientar os nossos programas de formação escolar e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998).

Observei que o Povo Shawanawa construiu o seu próprio Projeto Político Pedagógico – (PPP) das escolas que estão situadas na T. I. Jaminawa. O PPP Shawanawa está organizado de acordo com as ideias do grupo que dela fazem parte e que pensam uma escola diferente e de qualidade. Para mim este PPP está estruturado com a característica intercultural de acordo com o que normatiza a educação escolar indígena.

Este Projeto Político Pedagógico foi construído por todos representantes da comunidade, lideranças professores e estudantes. É por isso que na minha percepção vejo que este documento tem muito a ver com a realidade Shawanawa, mas não deixando de fora os conhecimentos da sociedade envolvente.

### III – Apresentação dos dados e análise do trabalho de campo

Esta pesquisa foi desenvolvida no período de fevereiro de 2013 a junho de 2015, na Terra Indígena Rio Guaporé, Aldeia Baía das Onças na Escola E.E.E.F.Alexandrina do Nascimento Gomes. A metodologia foi construído da seguinte forma: ao definir meu tema de pesquisa e a professora orientadora, a Prof<sup>ª</sup>. Dra Josélia Gomes Neves, o próximo passo foi elaborar o projeto de pesquisa. Durante as etapas de aulas tivemos semanalmente as orientações na UNIR – Campus de Ji-Paraná no Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia – GPEA e uma orientação em Guajará Mirim.

Nesta ocasião, eram definidas as tarefas como as leituras e a coleta de dados e a cada vinda para as etapas com as informações sistematizadas – resumos e dados da comunidade, o trabalho foi sendo montado. Vale ressaltar que as reflexões eram resultado do diálogo com a orientadora, depois eram gravados, digitados e acrescentados ao texto.

Em seguida iniciei as seguintes leituras: a legislação a partir do Referencial Curricular para as Escolas Indígenas (BRASIL, RCNEI, 2012, p. 1-2), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, LDB, 1996), Vasconcelos (2004) que apresenta o conceito de PPP, (GADOTTI citado por VEIGA, 2001) fala da construção coletiva que exige o PPP. Já Camargo; Albuquerque (2003) tratam de uma reflexão sobre PPP na comunidade Xavante, Mileski e Novak, 2012 apresentam um breve estudo em que analisaram PPPs Kaingang e li também sobre a experiência de PPP junto ao Povo indígena Shawanawa no Acre.

Em relação a Longhi; Bento (2006), me identifiquei muito com este texto pois defendem a ideia que eu também tenho que é construir uma escola diferenciada com a sua autonomia e regime próprio e seu objetivo de ensino e aprendizagem de qualidade. E até porque isto está garantindo nos textos oficiais. Esse é também um dos motivos que me trouxe a pensar mais e mais sobre a escrita desse artigo, sabendo que isto é legal perante a Lei, o que alicerça este pensamento.

Assim a pesquisa bibliográfica possibilitou ideias de como construir o PPP da escola que deve ser criado com a equipe da educação junto com a comunidade. O Currículo é um elemento importante do Projeto Político Pedagógico que deve ser definido de acordo com a realidade da escola que já tem direito a sua proposta, regime próprio de acordo com o que a comunidade pensa, como deve funcionar nossa escola na aldeia. Estas leituras deram segurança, assim entendi que a ideia do PPP já existe e foi importante por fortalecer este ideal que pretendo discutir e implantar na aldeia assim que concluir o TCC.

Em relação à pesquisa de campo foram realizadas as seguintes atividades: as conversas com docentes indígenas, a entrevista com uma técnica da SEDUC e liderança da comunidade – o Cacique Isaac Djeoromitxi; a coleta de documentos (matriz curricular, horário de aulas, decreto de criação da escola, etc), bem como os levantamentos de dados para elaboração do Histórico da Comunidade Aldeia Baía das Onças, Histórico do Povo Djeoromitxi e o Histórico de minha caminhada, a formação no IAMÁ, Projeto Açaí até o Curso Intercultural e a profissionalização docente indígena.

A elaboração dos históricos da Comunidade Aldeia Baía das Onças, do Povo Djeoromitxi e de minha trajetória de estudos e profissão foi feita através meu próprio conhecimento, a partir das minhas memórias, do que vivi, do que sempre escutei de meu pai e dos mais velhos, pois as narrativas de vida – escritas que se originam das lembranças constituem o método (auto)biográfico que na atualidade compreende que: “[...] a formação é inevitavelmente um trabalho de reflexão sobre os percursos de vida”. (NÓVOA; FINGER, 1988, p. 116), uma oportunidade de revisitar temas e lugares, de dar sentido ao vivido e neste movimento, elaborar novas perspectivas.

Entrevistamos de forma coletiva os seguintes professores: Tiago Jaboti, Marlene Ajuru, Marli Cujubim e Bismark Cujubim. A razão da escolha se deu em função de que recentemente estes docentes concluíram o Projeto Açaí II. Este diálogo ocorreu em junho de 2014 após uma reunião com a comunidade. Houve uma boa receptividade por parte de todos e todas em participar da conversa. Além destes docentes, neste mesmo dia, dialogamos também com o acadêmico André Jaboti da graduação da UNIR – Campus de Ji-Paraná, o Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural.

O primeiro que entrevistei foi o Tiago Jaboti, perguntei a ele o que o que achava sobre o PPP e a importância que teria para a nossa escola: ele me respondeu dizendo que essa ideia era muito importante e que precisaria ser amadurecida e fortalecida para realmente construir o nosso Projeto já que isto é legal perante a Lei.

Em seguida, entrevistei a professora Marli Cujubim, que também falou que para ela este pensamento é novo, mas que precisa ser continuado e levado mais adiante para realmente ser reconhecido por todas as pessoas que fazem parte da educação, até os pais e as mães dos alunos e alunas também.

Depois, entrevistei a Marlene Ajuru, ela fala que para ela, isso é muito bom o que a escola precisa de uma organização própria. Também entrevistei o professor Bismarque Cujubim, ele falou que a nossa escola tem que ter o PPP, que é para trabalhar melhor com a nossa cultura para fortalecer mais o que ainda resta de conhecimento tradicional do povo.

Já no final das entrevistas também entrevistei o professor cursista do Intercultural André Jaboti, disse que esta ideia de construir o PPP para a nossa escola é muito importante mas devemos sempre manter esta conversa contínua até chegar a realidade para colocarmos esta ideia em prática e concretizada, e para isso também precisamos levar esta questão ao conhecimento do Conselho de Educação do Estado e fazer com que isso seja reconhecido legalmente. Foram essas falas de reflexão que surgiram durante as entrevistas que fiz ainda em junho de 2014.

Os professores que concluíram a formação em nível médio – o Projeto Açaí II falaram que estudaram um pouco este assunto. Foi possível verificar que há uma compreensão básica sobre o que é um Projeto Político Pedagógico - PPP. Afirmam que é importante, pois tem amparo legal, que é necessário que todos entendam o significado deste instrumento, pois ainda é algo novo, pouco falado nas aldeias indígenas, para isso é necessário levar mais adiante esta conversa, esta ideia, todos concordam que é preciso que a Escola Alexandrina Gomes tenha o seu PPP sua própria organização, que seja elaborado a partir do envolvimento da SEDUC e Comunidade, com o objetivo de “[...] para trabalhar melhor com a nossa cultura para fortalecer mais o que ainda resta de conhecimento tradicional do povo”. Para a liderança indígena Cacique Isaac Djeoromitxi a escola deve ter mesmo o seu próprio PPP, pois é um jeito de valorizar a cultura do povo. Se preocupa com o que devemos ensinar aos jovens, o que entendemos ser melhor para eles, conforme já citamos nas duas línguas – português e Jabuti no início deste texto e reescrevemos aqui:

Hü ma medjo hikünirüä hü ma Newe PPP ni ha tõihe medjo djirütätä hõno pabü ädje hi hana a ri ädje newe hi na txi be wahä na bzitã tõi ädje ni kurü hü ma djirütätä hõmo pabü ädje hü ma itõihe medji hibe hi hõma hä maã õbiã mikõ ä dje hõno pabü ä dje ni kurü hü ma itõihe medjo djirütätä hono pabü ä deje mikurü hü itõihe medjo dirütätä hõno pabü ä mika ä. Cacique Isaac Djeromitxi

Avaliamos ser importante entrevistar alguém da SEDUC sobre o tema Projeto Político Pedagógico, em função disso dialogamos com a Professora Maria da Conceição da S. Martins. Pedagoga e Coordenadora de Educação Escolar Indígena da Coordenadoria Regional de Ensino- CRE/SEDUC/GM conforme segue abaixo:

**Armando: Professora, a Escola Indígena Alexandrina possui PPP construído pelo Estado?**

Não. O Estado, por meio da Secretaria Estadual de Educação/SEDUC, ao longo dos anos tem encaminhando as Coordenações Indígenas locais suas propostas para elaboração do projeto, mas essas propostas, como sempre estão longe da realidade das escolas indígenas de Guajará-Mirim como de outros municípios que possuem Escolas Indígenas.

**Armando: No seu ponto de vista as Escolas Indígenas precisam de um PPP próprio?**

Sim. O Projeto Político Pedagógico ou proposta Pedagógica é um documento que expressa a autonomia e a identidade da escola, é uma referência e vem garantir uma educação escolar indígena específica e diferenciada. Devo lembrar que esse documento deve ser construído “no chão” da aldeia com uma participação efetiva de toda a comunidade indígena local. Não devemos esquecer, também que esse Projeto é um dos requisitos básicos e necessários para a regularização das escolas indígenas e não indígenas, junto a SEDUC e ao Conselho Estadual de Educação de Rondônia.

**Armando: No seu entendimento, qual a importância do PPP para as Escolas Indígenas?**

A importância do Projeto Pedagógico é que ele será um instrumento norteador das ações pedagógicas e administrativas desenvolvidas pela escola indígena. Como eu já falei, além de ter caráter obrigatório deve ser elaborado pela comunidade escolar a que pertence esse povo, e se a comunidade permitir contar com a assessoria de outros agentes dos sistemas de ensino, organizações indígenas, FUNAI, etc.

**04. Qual é a organização que o Estado criou para direcionar o funcionamento das Escolas Indígenas?**

O Estado por meio da Secretaria de Estado da Educação e uma parceria com o Conselho de Educação tem ofertada a Educação Escolar Indígena em escolas indígenas autorizadas por Decretos que garante o funcionamento da escola por quatro anos. Contudo, de quatro em quatro anos a Coordenação tem elaborado Projetos de autorização e funcionamentos das escolas indígenas sob sua jurisdição em conformidade com os dispositivos da Resolução n° 095/03 – CEE/RO e Resolução CNE/CEB n° 05/ 2012.

A entrevista acima nos mostra que a Escola Indígena Alexandrina Gomes, não tem um Projeto Pedagógico próprio, trabalha a partir de orientações básicas definidas pela Secretaria, (identificadas como propostas pela entrevistada) e como a coordenadora mesmo reconhece: “[...] como sempre estão longe da realidade das escolas indígenas de Guajará-Mirim como de outros municípios que possuem Escolas Indígenas”. Por exemplo, o calendário encaminhado é para todas as escolas, desrespeitando assim as datas das atividades que cada comunidade considera importante, o que traz prejuízo para a identidade da escola, assim há necessidade que as Escolas Indígenas elaborem de forma coletiva seus Projetos Políticos Pedagógicos, contrariando seu conhecimento a respeito do tema:

[...] ou proposta Pedagógica [...] um documento que expressa a autonomia e a identidade da escola, é uma referência e vem garantir uma educação escolar indígena específica e diferenciada. Devo lembrar que esse documento deve ser construído “no chão” da aldeia com uma participação efetiva de toda a comunidade indígena local. Não devemos esquecer, também que esse Projeto é um dos requisitos básicos e necessários para a regularização das escolas indígenas e não indígenas, junto a SEDUC e ao Conselho Estadual de Educação de Rondônia. (Profª. Conceição Martins)

Observamos que a entrevistada conhece bem as características, importância e o significado do PPP para espaços indígenas, que deve ser bem discutido com toda a comunidade e que é fundamental para que a escola seja regularizada, tudo de acordo com o que estudamos sobre o assunto, no entanto,



é um conhecimento longe da prática, pois não há um estímulo para que cada escola aos poucos vá tomando suas próprias decisões - a de elaborar seu próprio calendário, seu jeito de avaliar os estudantes e outras coisas, o que contraria o Parecer 13 de 2012:

O projeto político-pedagógico (PPP), expressão da autonomia e da identidade escolar, é uma referência importante na garantia do direito a uma educação escolar diferenciada, devendo apresentar os princípios e objetivos da Educação Escolar Indígena de acordo com as diretrizes curriculares instituídas nacional e localmente, bem como as aspirações das comunidades indígenas em relação à educação escolar. [...]. Nas escolas indígenas, o PPP, intrinsecamente relacionado com os modos de “bem viver” dos grupos étnicos em seus territórios, devem estar assentados nos princípios da interculturalidade, bilingüismo e multilingüismo, especificidade, organização comunitária e territorialidade que fundamentam as propostas de Educação Escolar Indígena. (BRASIL, 2012, p. 22).

Referente à pergunta “Qual é a organização que o Estado criou para direcionar o funcionamento das Escolas Indígenas, eu esperava que a resposta apontasse para a existência de um setor específico, com uma orientação diferente da escola não indígena que se aproximasse mais da realidade das escolas indígenas, escolas diferenciadas. Mas a resposta, conforme transcrição abaixo se limitou a mencionar a ação da SEDUC por meio da publicação dos decretos de criação e o Conselho de Educação

O Estado por meio da Secretaria de Estado da Educação e uma parceria com o Conselho de Educação tem ofertada a Educação Escolar Indígena em escolas indígenas autorizadas por Decretos que garante o funcionamento da escola por quatro anos. Contudo, de quatro em quatro anos a Coordenação tem elaborado Projetos de autorização e funcionamentos das escolas indígenas sob sua jurisdição em conformidade com os dispositivos da Resolução n° 095/03 – CEE/RO e Resolução CNE/CEB n° 05/2012.

Dando prosseguimento ao estudo, busquei informações sobre os documentos orientadores do trabalho pedagógico na escola, a parte da pesquisa documental, foi-me entregue pela Chefe do Núcleo de Educação Escolar Indígena de Guajará Mirim a professora Maria da Conceição da Silva Martins, uma pasta com o título “Instrumentais Pedagógicos 2014”, contendo os seguintes documentos e informações: orientações para os professores da área indígena com recomendações referente ao Diário de classe, avaliação da aprendizagem, recuperação paralela e outras considerações sobre carga horária, planos de curso e como deve acontecer a disciplina de ensino religioso.

Consta na pasta também o calendário de 2014 com dados sobre o Decreto de Criação da Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Alexandrina do Nascimento Gomes n° 1537, a Portaria de Autorização de Funcionamento n° 2020 de 01 de dezembro de 2011 e sua

localização, aproximadamente 410 km do município de Guajará Mirim-RO. Há o quadro geral dos professores, sugestão de organização didática, um horário, a grade curricular indígena do 1º ao 5º ano, acompanhada de indicadores: quantidade de dias letivos, carga horária, etc.

Assim os documentos analisados confirmam que o funcionamento da escola é orientado por um conjunto de normativas da SEDUC. E por ser organizado pela Secretaria do Estado de Educação, acompanhamos o calendário, sugestão de organização didática e a grade curricular, que já chega pronta para as escolas indígenas em nível do estado. São essas organizações que orientam a maioria das escolas indígenas. Esta prática mostra como estamos longe de cumprir a lei no que diz respeito a identidade indígena e intercultural em nossa aldeia, a autonomia de tomar decisões neste sentido:

O projeto político-pedagógico das escolas indígenas deve ser construído de forma autônoma e coletiva, valorizando os saberes, a oralidade e a história de cada povo em diálogo com os demais saberes produzidos por outras sociedades humanas. Deve, com isso, integrar os projetos societários etnopolíticos das comunidades indígenas contemplando a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas e a sustentabilidade das comunidades. (BRASIL, 2012, p. 22).

Assim, o direito de implantar projetos políticos pedagógicos específicos de escolarização para as populações indígenas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012), diante de práticas como esta, fica bastante prejudicado, pois a elaboração de documentos como calendário, matriz curricular, por exemplo nos gabinetes da SEDUC, anula a participação de docentes indígenas e da comunidade educativa – lideranças, pais, mães ou responsáveis pelo estudante, os próprios estudantes - além da assessoria dos sistemas de educação, das instituições formadoras, organizações indígenas e indigenistas do estado e da sociedade civil. Significa uma negação ao disposto na Convenção 169 da OIT, que estabelece o direito a consulta dos povos indígenas em temas que lhes dizem respeito junto aos sistemas de ensino.

### **Considerações Finais**

Nossa reflexão neste texto foi sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) no âmbito da Escola Estadual de Ensino Fundamental Alexandrina do Nascimento Gomes, localizada na Terra Indígena Rio Guaporé, Aldeia Baía das Onças município de Guajará-Mirim, Rondônia. que atende os Povos Indígenas: Canoé, Cujubim, Macurap, e Djeoromitxi que corresponde a um quantitativo de 125 (cento e vinte e cinco) pessoas.

O estudo desenvolvido permite afirmar que há uma boa compreensão sobre o que é e a importância do PPP junto aos professores e a liderança indígena. De igual modo, os dados coletados e analisados permitem responder nossa problemática inicial: O Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Alexandrina do Nascimento Gomes é o resultado de participação comunitária?

Após as leituras realizadas e dados coletados, concluímos que a Escola Alexandrina do Nascimento Gomes funciona precariamente a partir de documentos originados na SEDUC e não do debate coletivo na aldeia Baía das Onças. Essa prática demonstra um evidente descumprimento da Lei por parte do sistema de ensino, bem como o comprometimento da educação específica e diferenciada.

A necessidade de um aprofundamento sobre o PPP, surgiu de um olhar crítico que fiz na Aldeia, onde percebi que nem todos os estudantes podem alcançar uma profissão em atividade pública ou em alguma empresa privada, mas que ele (a) deve aprender a sobreviver sem essa dependência, e para isso a escola terá que pensar nisso, ter o seu regime próprio, construído por todos da comunidade educativa e que tenha reconhecimento, apoio e respeito do Governo.

Isso venho percebendo, porque a maioria dos pais da minha aldeia querem que seus filhos estudem e aprendam uma profissão para que entrem no mercado de trabalho. Não estão vendo a escola como um lugar de aprendizado mais amplo onde se aprende um conjunto de saberes para enfrentar as dificuldades presentes na atualidade, porque ainda acham que a escola é apenas um lugar onde se aprende a ler e escrever. A maioria dos pais e mães não participam do movimento escolar e do cotidiano da escola. Esta é uma das reflexões que fiz na minha aldeia, e por esta razão é que desejo mudar esta realidade que existe na minha comunidade.

Foram esses fatores que me fizeram refletir para tomar essa iniciativa de escrever isso com muita força de vontade de querer uma mudança na educação escolar na minha aldeia, fazer com que a nossa maneira de educar seja uma maneira que façam os estudantes entenderem como está organizado o mundo em que estamos vivendo, saber entender o mundo onde ela (e) vive e o mundo onde vivem outras pessoas, aprender a lidar também com o mundo diferente de sua realidade.

O direito a uma escola diferenciada para os povos indígenas para mim foi uma das conquistas mais importantes que surgiram ao longo de muitos anos de luta. Sem esse direito os povos indígenas tiveram muitos prejuízos, como a perda da língua, costumes, cultura e até mesmo a extinção de povos. Pensando bem, essa conquista representou um grande avanço aos

povos indígenas que muito lutaram por esse direito e com ele os índios passaram a ser reconhecidos como cidadãos brasileiros com costumes diferentes dos brasileiros que vieram de outros lugares (não-índio) com tradição diferente dos brasileiros que aqui já habitavam (os índios) antes de sua chegada.

Mesmo com o direito conquistado, a pesquisa que fiz mostra que não está sendo fácil construir e organizar as escolas indígenas do Brasil como verdadeiras escolas indígenas. Agora veja por que isso não acontece? Falta de conhecimento indígena? Falta de interesse político? Qual será? No meu olhar crítico percebo que isso não aconteceu e nem acontece é por falta de conhecimento mais explícito dos indígenas sobre esse direito. E por outro lado vejo também a falta de interesse político do órgão responsáveis por esta questão.

Preocupado ao ver essas situações é que me ponho a fazer essa crítica e através dela fazer com que isso se torne uma realidade e que as escolas indígenas não continuem apenas como transmissoras de um conhecimento conteudista como se os conhecimentos fossem limitados e não é isso que estamos querendo para nossa educação.

Para nós a educação tem que ser, além disso. Através da educação devemos preparar as nossas crianças e jovens a enfrentar necessidades existentes no mundo sem que precisem mendigar, nem praticar atos desagradáveis ou mal a alguém, que pensem num mundo melhor, melhoria da vida humana, no bem da natureza, nos povos de modo geral, não pensar apenas em si, como vejo atualmente a maioria das pessoas que não compartilham com os necessitados.

É por isso que desejo uma escola com regime e currículo próprio construído com pensamento indígena, do grupo todo. E agora, junto com outros colegas/parentes professores indígenas e com a minha comunidade, após a formação no IAMÁ, Açaí e Intercultural somado às experiências na sala de aula, temos mais condições de construir este sonho. O sonho de construir um Projeto Político Pedagógico radicalmente Intercultural, o PPP I.

## Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. Parecer 13/CNE/CEB, 2012.

CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de.; ALBUQUERQUE, Judite Gonçalves de. **Projeto pedagógico Xavante: tensões e rupturas na intensidade da construção curricular**. *Cad. CEDES* [online]. 2003, vol.23, n.61, pp. 338-366.

MALDI, Denise. “**O Complexo Cultural do Marico: Sociedades Indígenas dos Rios Branco, Colorado e Mequens, Afluentes do Medio Guaporé**”. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia. 1991, vol. 7, n. 2, pp. 209-269.

MINDLIN, Betty. **O fogo e as chamas dos mitos**. Estudos Avançados 16. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a09.pdf> Acesso março/2015.

MILESKI, Keros Gustavo; NOVAK, Maria Simone Jacomini. **A construção de Projeto Político-Pedagógico em escolas indígenas Kaingang do Paraná: primeiros apontamentos**. ANPED SUL, 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/> Acesso 23/02/2013.

NÓVOA, António; FINGER, Mathias. **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

SHAWANAWA POVO ARARA. **Blog da Etnia Shãwanawa-Arara do Rio Bajé**, Município d Marechal Thaumaturgo, Acre. Terra Indígena Jaminawa Arara. Disponível em: <http://shawadawa.blogspot.com.br/> Acesso: 30/04/2013.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004.

VAN DER VOORT, Hein. **Proto-Jabutí: um primeiro passo na reconstrução da língua ancestral dos Arikapú e Djeoromitxí**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 2, p. 133-168, mai-ago. 2007